

Morte na página

RESUMO

Este artigo analisa, sob forma idealtípica, a divulgação de mortes pela mídia, estabelecendo uma distinção operatória entre fatos relatados em noticiários e outros, que pertencem ao registro do acontecimento. Observa-se a recorrência de certos cenários.

ABSTRACT

This article analyses the treatment of death by the media, establishing a distinction between facts in the news and others which are habitual in this type of event. The analysis has detected a recurrent *scenario*.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

- Noticiário (*news*)
- Comunicação (*communication*)
- Imaginário (*imaginary*)

SÃO OS DESCONHECIDOS que povoam a coluna dos noticiários, mortos anônimos a respeito dos quais o comentário faz-se em razão de uma trágica exemplaridade. Georges Auclair fala, com razão, de uma “retórica das circunstâncias”¹, idéia que qualifica o privilégio do acaso, da contingência acima de qualquer outra consideração, notadamente aquela relacionada ao defunto. A morte do carrasco, estudada por Roger Callois, ou o homicídio de Gerald Lebovici sob a pluma de Guy Debord, afastam-se dos noticiários, pois o tratamento que a imprensa infligiu aos falecidos enfatiza prioritariamente suas personalidades para criar uma auréola de mistério em torno de suas mortes.

Com grande reforço de boatos e aspectos extravagantes, divulgados unicamente com intenção de aumentar a tiragem, as vendas ou o índice de ouvintes, a morte destes indivíduos dá margem a incríveis especulações sobre suas vidas privadas, de maneira que a notícia cede lugar ao acontecimento. O carrasco era, na verdade, um homem afável, bom esposo e pai de família atencioso, o que o descola da frieza de sua profissão. Por trás do produtor de filmes, poderoso patrão da *Artmédia*, se esconde um agente da subversão internacional, o amigo de um agitador revolucionário, crítico da sociedade espetáculo.

Que seja natural ou criminosa, é na morte desses personagens que reside o único elemento objetivo da informação. Os textos sobre esses fatos concordam em relação ao nome do sujeito e às circunstâncias subjetivas, no entanto, eles se dividem sobre qualquer assunto que poderia ser submetido ao julgamento racional ou ao estabelecimento de provas. A malandragem, a incompetência e a ausência de uma deontologia rigorosa em matéria de investigação jornalística são explicações pouco convincentes. O procedimento é tão antigo quanto a aparição da imprensa popular, seu uso é muito geral para se colocar ao crédito dos jornalistas, incapazes, a princípio, de avaliar a solidez de uma informa-

Patrick Tacussel*

IRSA - CRI / Montpellier III

ção. O mais espantoso é ainda a semelhança da imagem que numerosas versões tecem em uma paisagem harmoniosa.

Roger Callois oferece uma interpretação mais satisfatória que enfatiza o papel do imaginário social, englobando o receptor da informação neste fenômeno: essa imagem unificada “é composta de elementos divergentes, mas cuja organização mútua acaba por formar, a cada vez, um rosto de expressão idêntica, como se as imaginações se sentissem imperiosamente solicitadas por um mesmo esquema (*schème*), fascinadas por uma mesma figura e se dedicassem a reproduzi-la através de meios limitados e traços mais ou menos arbitrários. Trata-se de reconstruir esse modelo ideal tão persuasivo”². A morte traduzida nos noticiários parece, à primeira vista, referir-se a situações extremas, pois as circunstâncias combinam-se em um fluxo irracional, inumano, e excepcional em definitivo. No entanto, observamos a recorrência de certos cenários.

1°- O lugar fatal: no caso de alguns suicídios, os desesperados querem que sua passagem entre os vivos seja testemunhada, uma última vez, de maneira ostentatória. Eles se jogam de uma ponte muito frequentada, do alto de um monumento público (a Torre Eiffel, por exemplo), ou sob o metrô. A morte involuntária pode igualmente reter a atenção do cronista. Por exemplo, uma vítima que estatela-se em uma queda, depois de ter pago uma quantidade de dinheiro para saltar de um viaduto com os pés amarrados por um grosso elástico, que era tido como perfeitamente seguro. Outros morrem subitamente durante um enterro ou em um cemitério. Recentemente, um homem foi nocauteado por uma crise cardíaca quando ria de um filme cômico no cinema. Tudo se passa como se os sujeitos tivessem feito um pacto secreto com os lugares pré-destinados de suas eliminações. Isso basta para dotar o lugar de uma lúgubre originalidade.

2°- O encontro com o absurdo. O medo do perigo e a vontade de derrotá-lo

por todos os meios, às vezes os mais incongruentes, fornecem muitas ilustrações e alimentam os noticiários em macabros epílogos. Para proteger sua casa dos ladrões, um proprietário imprudente explode com a aparelhagem infernal que ele esqueceu de desarmar. Na mesma linha, um comerciante mata seu filho, convencido de ter, mais uma vez, ladrões no seu estabelecimento, “visitado” várias vezes. Outro engano parecido conduz um cidadão inquieto a executar a esposa, cuja silhueta ele não reconhecera na obscuridade. O absurdo resulta, nestes casos, de uma lógica paradoxal que destrói o fim (a felicidade e a paz do lar) com os meios que serviriam a sua proteção. Nesse caso, o noticiário cabe na reflexão de Ch. Perelmn e L. Olbrechts-Tyteca: “A racionalidade do nosso comportamento mede-se exclusivamente pela adequação dos meios empregados: os fins escapam a toda espécie de julgamento racional”³. Acontece ainda de os noticiários explorarem o absurdo, destruindo a razão e suas nefastas astúcias, para deixar a última palavra exclusivamente à providência. Dois carros entram violentamente em colisão, os dois condutores são retirados feridos mortalmente: eles eram casados. Um homem, sepultado vivo por engano, consegue se libertar da sepultura; entrando em casa, dois membros de sua família morrem de susto ao verem o suposto defunto. Essa notícia surgiu em 1989, na Arábia Saudita, e foi divulgada no mundo inteiro pelos jornais e pela televisão.

3°- O dinheiro e a morte formam uma dupla unida e bem presente nas colunas dos noticiários. O *hold up* sangrento sempre teve bom rendimento, já que ele permite contrapor a audácia dos bandidos com a coragem ou a ineficácia da polícia. No momento de um seqüestro na República Federal Alemã, as mídias provaram sua “superioridade” sobre as forças da lei, seguindo e entrevistando os bandidos na sua louca fuga. A busca do furo (*scoop*), uma concepção relativa ao direito à informação, tanto quanto a participação de milhões de teles-

pectadores nesta perseguição, que não tinha nada de trivial, fazendo-a tomar os ares de um jogo, não serviram de nenhuma segurança para a menina seqüestrada, morta no momento do ataque dos policiais. A tese de Guy Debord segundo a qual “a verdade do espetáculo” se manifesta “como a negação visível da vida; como uma negação da vida que se tornou visível”⁴ é, nesta tragédia, demonstrada com uma implacável brutalidade. O miserável, o desempregado ou o endividado que colocam um fim em sua vida são episodicamente sinalados, seja para lembrar que a fraternidade continua ainda bastante abstrata nas sociedades civilizadas, seja para confirmar a injustiça de um sistema social onde o lucro ganha, em última instância, sobre a solidariedade. O leitor descobre assim o que ele já sabe: existem outros que são mais infelizes que ele. Além disso, o caso parece isolado o suficiente para tranquilizar psicologicamente a população, que não ignora em nada a devassidão promovida pela fome nas latitudes longínquas.

4°- A monstruosidade constitui um filão jornalístico, constantemente renovado. A idade das vítimas (crianças, idosos), sua impotência e sua inocência frente à crueldade simbolizam as fronteiras etárias que a consciência julga intransponíveis. A notícia pode, nestas condições, servir de pretexto a uma mobilização da opinião pública em favor da pena de morte, contra o aumento da insegurança nas grandes cidades, contra a droga... A magnitude de certos atores do drama dá início, numa rara atmosfera de cumplicidade mórbida, a verdadeiras sagas, ignóbeis e sem solução: o caso Domonici, depois da II Guerra Mundial, e o do pequeno Gregory. Diferentemente das situações que até então enumeramos, o público tem o fôlego suspenso por uma imprensa que não se preocupa com a prudente lentidão de um inquérito oficial e anseia por fornecer pistas, criando em sua clientela perigosas convicções. *Detetive*, uma publicação cujo título ultrapassa suas ambições, acrescenta uma nota pornográfica

ca e um tom habitualmente escandaloso, a fim de atingir um amplo público e despertar algumas fantasias. Para contrabalançar, o comentário que acompanha as fotografias retocadas das próprias criaturas tentadoras, sem relação direta com a história, denuncia os venenos do vício: a moral é salva, a anomia a reforça. A antigüidade deste periódico, cujo conteúdo não variou mais que seu público leitor, alimenta o enraizamento de arquétipos, sobre os quais repousa a permanência do imaginário coletivo.

5°- A barbárie comum. O campo de batalha é reservado aos combatentes, sacrificados por uma causa (nacional, política, religiosa) que transcende os interesses particulares. O terrorismo, por sua vez, dificilmente encontra-se nas crônicas dos noticiários. Porque ele apela a motivações muito estranhas ao homem da rua, combinando uma lógica militar, uma educação ideológica, um contexto histórico muitas vezes complexo, ele veicula uma concepção vanguardista que afasta o povo “alienado”, as maiorias silenciosas, das finalidades e da compreensão de sua sinistra dialética. Ao contrário, matar ou morrer por uma bagatela não supõe nenhuma justificativa ideológica; mas corresponde a um niilismo espectral, abolindo todo valor, destruindo até a idéia de dignidade humana em nome de nada, ou melhor de um quase nada, que revela a barbárie ordinária. Fala-se facilmente de uma nova forma de loucura, que pontualmente e de maneira paroxística, transborda os freios sociais que seguram o mal-estar da civilização. Em Toulouse, há alguns anos, um motorista foi trucidado por um outro condutor, que havia se irritado por causa de um lugar num estacionamento. A edição de 31 de agosto de 1989, quinta-feira, p. 37, do jornal *Libération* relata como Valérie, uma punk de Grenoble de 17 anos, esfaqueou um operário tunisiano. O racismo não foi, aparentemente, o motivo do homicídio. Mohammed Faraouni estava sem fogo. Contrariada por não poder acender o cigarro que ela tinha acabado de mendigar a esse magrebino de

45 anos, ela ficou nervosa. Três golpes de faca no coração: o homem cai, mortalmente ferido. O jornal observa que Grenoble “é uma cidade jovem e acolhedora” (sic), que os juizes de menores e os educadores não podem “fazer grande coisa” por essa categoria de marginais. É tudo o que se poderá saber sobre este fato, já que a idade da delinqüente impede a revelação de seu sobrenome pela imprensa. Todo discurso moralizador ou indignado parece supérfluo, pois as circunstâncias são absurdas. E são elas que a informação enfatiza, mais do que os protagonistas, cujos perfis merecem apenas uma rápida menção.

6°- A subestimação do perigo inscreve a notícia e a morte numa espécie de “racionalização” do destino. Os acidentes domésticos, causa importante da mortalidade infantil, assim como os de estradas e de trânsito em geral, ou os do trabalho, não se referem mais automaticamente à contabilidade cega do destino. Os poderes públicos, o arsenal jurídico e as campanhas de prevenção pretendem demonstrar que o inelutável e a tragédia podem ser evitados. No dia seguinte ao ataque contra o louco de Ris-Orangis, no final do mês de agosto de 1989, Ange Mancini, chefe da polícia de elite que dirigiu a operação, reconhece que a carnificina (dois mortos e dois feridos graves) não era inevitável: “a análise será feita” ele declara ao *Libération* (2 e 3 de setembro de 1989, p. 27). A legislação do trabalho tem, por seu lado, relativizado consideravelmente a responsabilidade da natureza hostil ou do azar pelas mortes em situações profissionais. A existência de leis, de uma jurisprudência que surge no século XIX, da fiscalização do Estado, encarregada de controlar a sua aplicação, tudo isso evidencia a preocupação social com estas situações.

Essa tipologia está longe de ser exaustiva. Ela se contenta em enfatizar alguns traços que distinguem a notícia do acontecimento. Este compromete personalidades, cuja autoridade, função ou prestígio pesam sobre o destino das comunidades. O suicídio de Adolf Hitler no seu *bunker* em

Berlin 1945, o assassinato do presidente John F. Kennedy, em Dallas em 1963, ou a morte tranqüila do General De Gaulle em 1970, não fazem parte dos noticiários. Igualmente, a morte de um filósofo de reputação internacional como Jean-Paul Sartre, ou a de uma grande vedete do cinema ou da música, não serão percebidas sob o ângulo do factual pela consciência coletiva, seja ela receptiva ou não a sua obra ou a seu talento.

As mídias de massa, que acompanham regularmente a vida destes indivíduos, a ponto de elevá-los a marcos – mais ou menos fixos – relativos a certos setores da atividade social (política, cultura, entretenimento...) estão cientes dessa categorização. Elas dão a esses personagens uma excepcional atenção nesta última oportunidade. É raro, mas acontece ainda de eles fazerem uma dupla tacada, tal como no dia 11 de outubro de 1963, data fatídica para Jean Cocteau e Edith Piaf. A imprensa, o rádio e a televisão, entretanto, não “fazem” o acontecimento nem a notícia; neste domínio, tanto como na vida social, compreendida em toda sua extensão efetiva, é a consciência coletiva que distingue o acontecimento do factual. Os suportes de comunicação – sofisticados ou não – contribuem à metamorfose da situação: a comunicação dos olhos, dos ouvidos e da palavra vêm em seguida para “sacralizar” o dado midiático, segundo níveis de atração e de repulsão⁵ que diferem em significações com a idade, o sexo, a bagagem escolar e o meio social.

Falamos antes de indivíduos cujas mortes não acrescentam nada à celebridade, sejam quais forem as condições. São precisamente as condições que tornam públicos os fins daqueles contemporâneos anônimos, que os noticiários jogam como pasto à opinião de todos.

Sobre o plano psicológico, o noticiário trabalha dois sentidos. Por um lado, ele alimenta o medo: a morte é humanamente inevitável, mas ninguém pode saber com absoluta exatidão se está ou não protegido de circunstâncias incomuns. O involuntário

“campeão” do noticiário, a não ser que seja um vizinho, um amigo ou um parente, poderia ter qualquer rosto, e, por conseguinte, inclusive o do leitor ou do telespectador. Por outro lado, ele tranqüiliza: como uma “lei” proibindo o inabitual de se repetir, já que o acaso parece presidir o seu casamento com o real, a funesta eventualidade é assim completamente abolida na probabilidade estatística. A psicose, gerada por informações abomináveis, não reduz jamais uma paisagem unificada no medo, são principalmente populações ou grupos sociais delimitados que, com ou sem razão, se sentem especialmente ameaçados (pessoas idosas ou sozinhas, pais de alunos, imigrantes, usuários noturnos dos transportes urbanos, etc).

Como dissemos, a consciência coletiva opera, sem ajuda do jornalista ou do sociólogo, uma distinção entre notícia e acontecimento. A ressonância emocional obedece a um ritmo bem diferente e em consonância com a atualidade, como mostra a repressão dos estudantes chineses durante a “Primavera de Pequim” ou a menina que se afoga “ao vivo”, da Colômbia, nas telas do mundo. O acontecimento espera impor-se como essencial ao maior número de pessoas, ele quer marcar a data, marcar a História com uma digital que não desaparecerá rapidamente da memória coletiva. Dessa forma, ele consegue “apagar” a maior parte dos aspectos contingentes sem os quais, entretanto, ele não teria acontecido. Filmada ao vivo, a agonia acidental da criança sul-americana não é mais uma notícia, mas um acontecimento, pois não é mais a desgraça no seu cotidiano que entra em cena, é a História enquanto “barômetro” do incomparável, ou ainda graus de assimilação e de rejeição do horror imediato. A morte, comentada, jogada no parecer midiático, mostra que o real instaurado na ordem narrativa e visual acaba com o sentido próprio no figurado. Como se a morte não pertencesse mais à vítima, à dor dos seus próximos, mas a massa dos profanos reunidos todos os dias, pelos “milagres” da as-

sunção jornalística. Saber se a dignidade e o respeito ligados à imagem da morte correm o risco de tornarem-se um luxo, é uma questão colocada pelo progresso tecnológico do final deste século •

Notas

Texto traduzido do francês por Clélia Pinto

* Professor de Sociologia na Universidade Paul Valéry - Montpellier III. Doutor em Sociologia pela Universidade Paris V - Sorbonne. Coordenador do Doutorado de Sociologia. Diretor do Institut de Recherches Sociologiques & Anthropologiques e do Centre de Recherches sur l'Imaginaire (IRSA-CRI).

Contato: patrick.tacussel@univ-montp3.fr

- 1 AUCLAIR, Georges. *Le mana quotidien. Structures et Fonctions de la chronique des faits divers*. Paris: Anthropos, 1982, p. 26.
- 2 CAILLOIS, Roger. Sociologie du bourreau. In: *Instincts et Sociétés*. Paris: Denoël-Gonthier, Coll. “Médiations”, N° 24, 1964, p. 12.
- 3 PERELMAN, Ch; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Rhétorique et Philosophie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1952, p.112.
- 4 DEBORD, Guy. *La Société du Spectacle*. Paris: Buchet-Chastel, 1967, p.13. Cf. igualmente *Conidérations sur l'assassinat de Gerald Lebovici*. Paris: Gerald Lebovici, 1985.
- 5 Sobre estas noções de Atração e de Repulsão Sociais, nos referimos ao nosso ensaio: *L'Attraction sociale*, Paris, Librairie des Méridiens, 1984.